

Memórias de um criminoso

Resenha: NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja. Cláudio Guerra em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. 291 p. ISBN: 8574752045.



LOSNAK, Célio J.

Como o título sugere, o livro apresenta a memória do agente Cláudio Guerra, que foi policial civil no Espírito Santo, posteriormente delegado e então passou a coordenar o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) do Estado. Em 1972, começou a trabalhar para o Serviço Nacional de Informações (SNI) em conjunto com agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), grupo especial formado para investigar e prender os militantes políticos de esquerda do período. Teria atuado em diversas operações armadas e secretas por cerca de quinze anos, incluindo os atentados visando à desestabilização do processo de abertura durante os mandatos dos presidentes Geisel e Figueiredo.

O tema em pauta não é novo, alguns aspectos da repressão militar e tortura de presos políticos já foram detalhados pela pioneira obra *Brasil: nunca mais*,¹ de 1985. Vários livros posteriores, com pesquisas, depoimentos e memórias, exploraram as entranhas da ditadura militar e as trajetórias dos presos e exilados. Apesar da difusão de razoável manancial

de informações em torno do assunto, o livro é impactante e fascina pelos detalhes que desvela.

Guerra não abstrai, fala de si, o que fazia, via e ouvia, descreve seu trabalho com pormenores, narrando operações, citando nomes e lugares, revelando rotinas, descrevendo perfis pessoais de militares e policiais. Enfatiza que atuou como matador; ocultou e destruiu cadáveres; executou pessoas, além de planejar outras execuções; traficou e distribuiu armas; arquitetou, acompanhou e executou atentados à bomba; falsificou documentos; conviveu com grupos de esquadrões da morte; colaborou com as equipes de tortura e participou da operação Condor; trabalhou como segurança para chefes do jogo do bicho, do qual depois se tornou banqueiro. Ele agia com codinome, tinha duas contas bancárias, uma oficial, para o salário e com o seu nome e, outra, com o codinome, pela qual recebia altas somas para pagar as despesas das operações.

Guerra afirma que era comandado pelo coronel Freddie Perdigão, que atuara no Centro de Informações do Exército (CIE), e, depois, como agente do SNI e do DOI-CODI. Suas estratégias misturavam a formação vinda dos militares norte-americanos, dos

1 *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

grupos ingleses combatentes do IRA,² e o apoio de membros de organizações parapoliciais atuantes em esquadrões da morte e outros tipos de crime. Outro superior imediato era o comandante Antônio Vieira, do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), e atuava no SNI carioca com Perdigão. Um terceiro oficial importante no grupo era o coronel do Exército Ênio Pimentel da Silveira, o doutor Ney, que teria ingressado no esquema por meio da Operação Bandeirantes (Oban) e mantinha relações estreitas com o delegado Sergio Paranhos Fleury. Parte das operações também estaria ligada à chefia do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI paulista no início dos anos 1970.

O entrevistado coloca-se em vários acontecimentos importantes do período. Os principais casos foram: participação na reunião desse grupo de líderes quando decidiram eliminar Fleury, e Guerra teria sido indicado para a ação, mas posteriormente houve mudança nos planos e outros agentes concluíram o trabalho; atuação em duas tentativas frustradas de assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten, sobre a qual revela detalhes da execução finalizada por outro grupo; apoio à chacina da Lapa (quando líderes do PCdoB foram executados), ocorrida em 1976, liderado por Fleury, doutor Ney e Perdigão; colaboração com o atentado do Riocentro, em 1981; criação de uma forma segura de eliminar cadáveres de torturados usando a fornalha de uma usina de açúcar em Campos (RJ), transportando e queimando corpos, com destaque para os dos militantes David Capistrano, Rosa Kucinski e seu marido Wilson Silva.

A justificativa para os atos descritos é o anticomunismo. O agente afirma que era conservador e considerava o comunismo uma grande ameaça à sociedade. Em nome da luta de defesa do país e dos valores tradicionais, ele teria sido cooptado e passou a atuar em um grupo autodenominado de extrema direita. Não questionava as ordens, muitas vezes sequer sabia quem era a pessoa a ser executada, apenas cumpria, em nome do dever cívico e preservação do grupo que deveria estar incólume para continuar a defender a ordem.

O texto usa o recurso da narração em primeira pessoa mesclada com explicações e detalhes factuais sobre ações, acontecimentos, órgãos e atores. As perguntas foram eliminadas e os jornalistas organizaram os capítulos por assuntos, indicando o recurso da edição pela qual a ordem original da entrevista foi

2 Sigla em inglês do Exército Republicano Irlandês, no original Irish Republican Army.

remodelada. As notas no pé da página e no fim do livro completam algumas lacunas informativas.

Muitas dúvidas surgem no decorrer da leitura, como, por exemplo, em relação à veracidade dos depoimentos e aos objetivos do policial que decidiu falar e denunciar. As lembranças do entrevistado nem sempre são precisas, muitas datas e lugares estão enevoados, há certa dificuldade para definir uma cronologia dos fatos. Por outro lado, ele tem certeza de rostos vistos há mais de trinta anos. A comprovação das informações apresentadas pelo ex-policial é parcialmente indicada pelo trabalho dos dois autores, Marcelo Neto e Rogério Medeiros, jornalistas experientes com longa trajetória de atuação em grandes veículos. Eles conviveram com o entrevistado durante quase dois anos, realizaram longa negociação dos termos do depoimento e do livro, checaram as informações em arquivos oficiais e de imprensa, confrontaram documentos oficiais produzidos por órgãos diferentes e que tratavam do mesmo caso, levantaram nomes, usaram livros publicados sobre os presos políticos, as prisões, torturas e mortes nas dependências do aparato repressivo, inclusive a obra *Direito à Memória e à Verdade*,³ usada para o entrevistado se lembrar de pessoas que matou ou dos cadáveres que transportou.

Outro indício de veracidade pode ser encontrado na internet. Pouco tempo depois do lançamento da obra, Alberto Dines veiculou uma entrevista com o ex-policial e, por meio dela, é possível perceber as expressões faciais, as ênfases do depoimento, o tom de voz, a assertividade e os argumentos.⁴ No período de prisão, Guerra teria mudado de vida, converteu-se à fé cristã e se tornou pastor da Assembleia de Deus. Por isso, afirma querer resolver o passado de pecados, mas a reconciliação com Deus não foi considerada suficiente. Guerra declara que é preciso prestar contas aos homens, denunciar a estruturas desumanas e pedir perdão aos familiares dos mortos. Tornar-se cristão significaria, para ele, ajudar os familiares com informações e alguns detalhes para, quiçá, atenuar a dor da incerteza do que teria acontecido com os

3 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

4 Entrevista veiculada no programa Observatório da Imprensa e disponível na Internet no endereço: <<http://www.youtube.com/watch?v=pCBlh0NKs0o>>.

entes queridos desaparecidos. E como demonstração de disposição, Guerra já havia prestado depoimento a uma equipe de promotores públicos federais e a um delegado da Polícia Federal, tendo declarado que iria apresentar-se à Comissão da Verdade para dar mais informações além daquelas contidas no livro.

Além disso, outro elemento de plausibilidade das informações é a riqueza de detalhes descritos sobre os bastidores das ações dos grupos clandestinos. E esses detalhes estão ligados a casos, lugares e a acontecimentos conhecidos, delineando lógicas já explicitadas, pesquisadas e narradas por presos e torturados políticos. Como último ponto, realço a validade do depoimento de Guerra lembrando Alessandro Portelli quando defende que a memória e a história oral se centram mais nos significados, nos sentidos da história do que nos detalhes factuais.⁵

Ainda assim, pairam dúvidas, principalmente pela falta de precisão factual em alguns momentos e ausências de fontes. O livro carece de metodologia de pesquisa e elaboração editorial. Não há relação de documentos consultados, arquivos visitados, livros lidos, pessoas entrevistadas, matérias jornalísticas publicadas que já apontavam a trajetória criminal do agente, falta também uma cronologia das datas dos julgamentos e períodos de prisão. A despeito desses problemas, várias questões são intrigantes.

A primeira é sobre a participação de policiais civis nas operações. Ele argumenta que os militares não tinham grande experiência na investigação, de campanas nas ruas, interrogatórios e torturas. A polícia civil, sim, acumulava longa tradição dessas práticas legais e ilegais. Daí a colaboração de agentes civis principalmente da área de roubos e furtos. O delegado Fleury seria um expoente dessa colaboração.

A segunda questão importante é a estratégia de queima de arquivo: matar membros dos grupos secretos que se tornariam perigosos para a segurança do esquema e para o SNI, em uma primeira fase, e para garantir o anonimato dos militares que poderiam ser denunciados, numa segunda fase, nos anos 1980. Os casos mais famosos seriam o assassinato do delegado Fleury e o do jornalista Baumgarten com

detalhes estarrecedores. Guerra questiona o suicídio do doutor Ney e aponta falhas da versão oficial, menciona a eliminação de um grupo inteiro de policiais militares do Rio de Janeiro e narra a execução, por ele mesmo, do tenente Odilon, um especialista em explosivos e companheiro de trabalho.

A terceira questão é sobre a participação de setores civis, empresários, artistas e jornalistas que financiaram e apoiaram as atividades repressivas, beneficiaram-se por esquemas legais e extralegais e eram coniventes às ações violentas. O livro sugere a participação intensa de empresários no financiamento das atividades clandestinas, questão já conhecida e divulgada pela bibliografia, mas a diferença são os indícios de que essa prática era muito mais comum do que se sabia e não ocorria apenas nos grandes centros. Enfim, a violência política teria apoio significativo de civis.

Como último ponto, essas questões indicam que os grupos de repressão relatados por Guerra atuavam fora da lei, de maneira clandestina e criminosa, não só por negar os direitos legais dos presos políticos, e cometerem atentados de extrema direita que atingiam civis, mas por criarem um poder paralelo ao Estado e ao espaço público, realizando atividades típicas de crime comum, tais como assassinato, contravenção, tráfico, formação de quadrilha, escutas clandestinas. As arbitrariedades não se resumiam à prisão ilegal, à tortura e à morte forjada. Em nome do combate ao comunismo, qualquer estratégia era válida. Guerra revela que os agentes formados no esquema clandestino e ilegal apoiaram o Estado e, depois, com o processo de abertura, lutaram contra ele. Apesar de derrotados, depois do fim dos governos militares, passaram a atuar como criminosos comuns independentes e ainda hoje estariam organizados como "irmandade". Passaram a usar a *expertise* para interesses privados, tais como assassinatos e explosões de encomenda, espionagem e escutas, atuação no jogo do bicho.

O mais significativo do livro é a explicitação da tese de que, além de a ditadura gerar violência e autoritarismo nas instituições legais, recebeu apoio de segmentos da sociedade civil e criou grupos ilegais que permaneceram, anos depois, atuando como criminosos e à revelia do Estado democrático.

5 PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo. n. 14, p. 25-39, 1997. p. 31.

Célio José Losnak é historiador doutorado pela FFLCH/USP e professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/UNESP). E-mail: <losnak@faac.unesp.br>.

Recebido para avaliação em março de 2013. Aprovado para publicação em maio de 2013.